

A RENOVAÇÃO DO SGP NOS ESTADOS UNIDOS: DESAFIOS E INCERTEZAS

O debate do SGP no Congresso deve ter início nos próximos meses, já que sua expiração está próxima. A liderança dos Comitês de jurisdição financeira da Câmara e Senado, representada por seus respectivos congressistas, deseja renovar o SGP neste ano. Além disso, tanto o poder Executivo como o Legislativo já se posicionaram a favor da renovação do SGP, pendendo algumas dúvidas apenas com relação a possível reestruturação do Sistema no Congresso. Questões quanto ao próprio programa ou exclusão do Brasil não necessariamente constituiriam o foco do debate. Dito de outro modo, a divergência não está propriamente na questão da renovação, mas sim se haverá ou não reestruturação e qual será a duração do programa.

A propósito dos custos, por se tratar de uma lei que dispõe sobre assuntos de receita, a proposta legislativa deverá ter início na Câmara. Dessa forma, a posição do Deputado Devin Nunes, que acaba de assumir a liderança do Subcomitê de Comércio, é de veras importante. No ano passado, Nunes apresentou um projeto de lei que vincularia questões sanitárias e fitossanitárias ao SGP. A proposta exige que o presidente norte-americano remova os benefícios do SGP para

países que estejam usando barreiras sanitárias e fitossanitárias e barreiras técnicas e não técnicas, com o objetivo de impedir acesso ao mercado por produtos norte-americanos. Além disso, de acordo com essa proposta, o presidente deveria relatar anualmente ao Congresso as práticas distorcidas ao comércio por parte dos países beneficiados. Com a entrada do novo Congresso em 2013, o projeto expirou sem que sequer fosse considerado pelos integrantes da Câmara.

Quanto ao posicionamento dos congressistas, o deputado republicano David Camp prefere a renovação sem reestruturação do SGP. Por sua vez, o senador democrata Max Baucus não apoia mudanças no SGP e deseja prorrogá-lo pelo maior período possível. No entanto, o vice-presidente do Comitê de Finanças, o senador republicano Orrin Hatch, já se pronunciou a favor de uma revisão detalhada do programa, com foco na investigação sobre o cumprimento das leis internacionais de propriedade intelectual. Por fim, em discussões recentes com outros assessores do Congresso, foi relatado que os congressistas não estão visando especificamente países nesta discussão, mas sim problemas como as barreiras comerciais.

Nesta Edição

Miscellaneous Tariff Bill e propostas de reautorização aduaneira	Pág. 02
USTR anuncia agenda de comércio de 2013	Pág. 02
Encerramento do contencioso sobre o suco de laranja	Pág. 03
Relações comerciais dos Estados Unidos e China – setor de energia	Pág. 03
Obama cria força tarefa para assuntos de conteúdo local	Pág. 04
Obama deverá solicitar Trade Promotion Authority (TPA) ao congresso	Pág. 04
Estados Unidos iniciará negociações internacionais de serviços	Pág. 04
Negociações da parceria transpácífica (TPP)	Pág. 05
A agenda de comércio do comitê de Ways and Means	Pág. 06



Criado em 2000, o Brazil Industries Coalition (BIC) é uma entidade sem fins lucrativos, independente e estabelecida de acordo com a legislação norte-americana, dedicada à representação do setor privado brasileiro em Washington, D.C. A missão do BIC é defender, perante o Congresso e Executivo norte-americanos, os interesses do setor privado brasileiro e desenvolver um trabalho para promover a sólida parceria entre o Brasil e os Estados Unidos nas áreas de comércio, investimento, inovação e energia.

Miscellaneous Tariff Bill e propostas de reautorização aduaneira

A proposta de lei que isenta importações de tarifas para diversos itens é conhecida como Miscellaneous Tariff Bill (MTB) e expirou em 2012. A MTB é um conjunto de propostas de lei que visa dar preferência tarifária a insumos (importações de certos produtos geralmente não fabricados nos EUA) que serão usados na produção local nos Estados Unidos.

Mais de 600 produtos foram afetados com a expiração da isenção tarifária no final de 2012. Contudo, fabricantes norte-americanos solicitaram isenções para 2.100 produtos no ano passado. Para ser incluso na proposta de lei, um produto importado não deverá ser produzido nos Estados Unidos ou não competir com produtos domésticos, além de não custar mais de US\$ 500.000 por importação. O tipo de importações abrangidas pelo MTB incluem matérias-primas ou bens intermediários não disponíveis no país - principalmente produtos químicos, componentes eletrônicos e peças mecânicas - usados por fabricantes americanos para produzir produtos acabados.

A preferência ou isenção tarifária tem em vista baratear o custo do produto tornando-o competitivo. Neste caso, a companhia solicita a isenção tarifária ao seu Congressista nos Estados Unidos e ele a inclui na lista do MTB. O pacote de propostas de lei é apresentado para comentários públicos e caso não haja questionamentos sobre a importação de tal insumo, ele permanece na proposta de lei, que é votada no congresso.

Assessores dos Comitês de Comércio da Câmara e Senado ressaltaram recentemente a importância de aprovar propostas sobre a reautorização aduaneira. Intitulada na última sessão do congresso como "Customs Trade Facilitation and Enforcement Act of 2012" (HR 6642), a proposta apresentada pelo Deputado Kevin Brady consistiu basicamente na destinação de recursos adicionais para o funcionamento do sistema aduaneiro norte-americano e de novos fundos para a Comissão de Comércio Internacional – ITC – e para o Escritório do Representante Comercial – USTR). A proposta expirou no ano passado sem ser aprovada. Contudo, o Deputado Charles Boustany (republicano de Louisiana), em janeiro de 2013, reintroduziu uma versão da proposta de lei (Protect Act, HR 166), que responsabiliza a alfândega norte-americana sobre as reclamações do setor privado referentes à evasão de medidas de defesa comercial. A proposta de lei de Boustany não estabelece prazos para a alfândega norte-americana ou a obriga a notificar as empresas sobre as investigações, em contraste com a proposta de lei conhecida como ENFORCE act (S1133), aprovada em julho de 2012 no Comitê de Finanças do Senado. O ENFORCE Act, que expirou no ano passado, criaria uma série de procedimentos para a alfândega dos EUA investigar denúncias de evasão.

Fontes internas do governo afirmam que estes projetos não serão rapidamente aprovados devido às questões fiscais que os Comitês de jurisdição terão que lidar nos próximos meses. Além disso, ainda não foi definida a versão do projeto que será considerada pelo comitê de comércio na Câmara.

USTR anuncia agenda de comércio de 2013

Em 1º de março o Representante Comercial dos Estados Unidos, Ron Kirk, publicou a agenda de 2013 do presidente Obama contendo os planos para negociação da abertura dos mercados no exterior para as exportações norte-americanas. O relatório abrange toda a agenda comercial para este ano, assim como os avanços obtidos na área de comércio em 2012.

O USTR é a principal agência responsável pelo desenvolvimento da agenda de política comercial do presidente dos Estados Unidos que, conforme determinado por lei, deve ser entregue ao Congresso até 1º de março de cada ano. "A estratégia de comércio do presidente Barack Obama para 2013 exige progresso contínuo e medidas ousadas que visam adicionar ao desempenho recorde de exportação norte-americana do ano passado, apoiando maior cresci-

mento econômico e geração de empregos para os americanos”, disse o embaixador Kirk. Adicionou ainda que sob a política de comércio do Presidente, os produtores norte-americanos estão vendendo produtos com a marca *‘Made in America’* ao redor do mundo em quantidade recorde, e o comércio está gerando mais empregos e apoiando a indústria doméstica.

A agenda divulgada destaca as principais metas de Obama sobre o comércio em 2013, incluindo: o avanço e conclusão das negociações de livre comércio como a Parceria Transpacífica (TPP, em inglês); o lançamento das negociações de livre comércio e parceria de investimento transatlântico com a União Européia, e garantia de resultados na Organização Mundial do Comércio, através de novas abordagens críveis para a liberalização do comércio.

Além disso, o relatório aponta que os EUA continuarão trabalhando com o Brasil no âmbito do acordo de cooperação econômica e comercial, e o USTR trabalhará com o Congresso norte-americano para alcançar uma resolução sobre o contencioso do algodão na elaboração da próxima lei agrícola.

Encerramento do contencioso sobre o suco de laranja

No dia 14 de fevereiro de 2013, o Brasil e os Estados Unidos anunciaram o encerramento do contencioso sobre o suco de laranja. A disputa, travada no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), foi iniciada pelo Brasil em 2009, quando o governo brasileiro identificou sobretaxa indevida sobre o produto brasileiro. Em fevereiro de 2012, em cumprimento à decisão favorável ao Brasil, as autoridades norte-americanas alteraram a legislação e suspenderam a metodologia de cálculo que estava sendo utilizada para aplicação da sobretaxa. Essa medida protecionista, também conhecida como *‘zeroing,’* fazia com que o suco de laranja brasileiro chegasse mais caro ao mercado norte-americano.

De acordo com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil, além de contribuir para a modificação da prática de *‘zeroing,’* condenada igualmente em contenciosos iniciados por outros países, a vitória brasileira também foi instrumental para o encerramento da ordem antidumping sobre o suco de laranja brasileiro nos Estados Unidos. Em vigor desde 2006, a ordem foi revogada pela Comissão Internacional de Comércio (*International Trade Commission*, em inglês), em março de 2012, e, em consequência, todos os direitos *antidumping* pagos a partir de março de 2011 foram reembolsados aos exportadores brasileiros.

Relações comerciais dos Estados Unidos e China – Setor de Energia

De acordo com o último relatório anual da Comissão de Revisão das Relações Econômicas e de Segurança dos Estados Unidos e China, o crescimento contínuo da economia chinesa resultou em uma necessidade intensa de recursos naturais e com isso a sua dependência energética vem crescendo. Cerca de 50 por cento do petróleo importado pela China vem do Oriente Médio, onde a Arábia Saudita é o principal fornecedor. Um adicional de 24 por cento vem da África, sendo a Angola o principal fornecedor.

A dependência energética é responsável pelo envolvimento da China com países problemáticos ou instáveis como o Irã, Sudão e sul do Sudão. As autoridades e empresas chinesas atualmente estão focando as regiões centrais, norte e sudeste da Ásia, como alternativas para diversificar suas fontes globais de energia. A China também está investindo no setor energético norte-americano; sendo que, as empresas daquele país investiram mais de US\$ 17 bilhões, desde 2010 até o início de 2012. Em 2011, a América do Norte foi o principal fornecedor

individual de petróleo e gás. Os Estados Unidos são extremamente dependentes da China para grande parte de suas importações de minerais. A China é principal fornecedor de 21 produtos minerais críticos de que os Estados Unidos são 100 por cento dependentes.

Obama cria força tarefa para assuntos de conteúdo local

Mediante as várias reclamações do setor privado norte-americano, o presidente Obama decidiu criar, em 2012, um grupo em que participam várias agências governamentais, a fim de avaliar a questão do conteúdo doméstico em diversos países, inclusive no Brasil. A força tarefa, que age no âmbito dos acordos globais, está desenvolvendo uma tabela com dados obtidos através de pesquisas sobre requisitos de conteúdo local, subsídios, outras preferências outorgadas em casos especiais para bens locais, serviços, propriedade intelectual, assim como requisitos sobre investimentos de infraestrutura. Fontes indicam que um estudo aprofundado está sendo realizado sobre o subsídio agrícola brasileiro, conhecido como PEP, mas ainda não foi divulgado se setores brasileiros em particular estão sendo avaliados.

Obama deverá solicitar Trade Promotion Authority (TPA) ao congresso

Há previsão de que o presidente dos EUA, Barack Obama, solicite ao Congresso a renovação da lei de *Trade Promotion Authority* (TPA) ainda este ano. TPA, também conhecido em inglês como "*fast track authority*," outorga autoridade comercial ao presidente para negociar acordos com outros países sem que sofram emendas ou impasses no congresso. A renovação da lei ajudará nas negociações de comércio e parceria transpacífica (TPP), que envolve a Austrália, Nova Zelândia, Vietnã, Chile e outros quatro países, assim como nas negociações bilaterais para um acordo de livre comércio com a União Européia. No entanto, os EUA seguirá com as negociações, mesmo sem o TPA.

Em fevereiro, o representante comercial dos EUA, Ron Kirk, disse ao Comitê de Ways and Means que a renovação da lei, que expirou em meados de 2007, é imprescindível ao país. Porém não se sabe quando a Casa Branca deverá fazer o pedido formal ao congresso.

Acredita-se que novos pactos com os EUA só serão feitos uma vez que os países de interesse sintam confiança de que o Congresso não mudará o acordo. Uma das metas é expandir o comércio livre com os países da União Européia, nos setores financeiros e de telecomunicações, ainda em 2013.

Estados Unidos iniciará negociações internacionais de serviços

O governo do presidente Barack Obama anunciou recentemente a sua intenção de iniciar negociações sobre um acordo para a expansão do comércio internacional no setor de serviços, como o de telecomunicações, bancário e de seguros. De acordo com uma carta do representante comercial dos Estados Unidos, Ron Kirk, ao presidente da Câmara, o deputado John Boehner, a Casa Branca pretende iniciar negociações no mês de abril em 2013. Alguns participantes de peso incluem 27 membros da União Européia (EU), Austrália, Canadá, Chile, Peru, Japão, Coréia, México, Paquistão e Turquia. Os grandes países emergentes conhecidos como BRIC, Brasil, Rússia, Índia e China, não participarão, embora a pressão para que se juntem às negociações deve aumentar. Na carta, o embaixador

Kirk explica que “cada US\$ 1 bilhão em exportações americanas de serviços apoia cerca de 4.200 empregos nos EUA. Indústrias de serviços empregam trabalhadores em todos os distritos eleitorais nos Estados Unidos, e cerca de três em cada quatro trabalhadores norte-americanos em todo o país.”

Os países do grupo BRIC decidiram evitar as negociações e insistem que as negociações de serviços devem ser parte de uma discussão maior, abrangendo a agricultura e as barreiras comerciais de fabricação. A rodada de Doha de negociações de comércio global, iniciada em 2001, continua em um impasse irremediável. O atual grupo de países que participará nas negociações representa cerca de dois terços dos serviços globais. O Embaixador Kirk disse que os EUA espera que outros países decidam juntar-se às discussões. O Instituto Peterson de Economia Internacional estima que se o Brasil, a China, e a Índia decidirem juntar-se às negociações, os ganhos de comércio expandiriam em cerca de 30 por cento.

Negociações da parceria transpácífica (TPP)

A Parceria Transpácífica (TPP) é um acordo entre Brunei, Chile, Nova Zelândia e Singapura que tem como objetivo liberalizar as economias da região Ásia-Pacífico. O acordo, que foi estabelecido em 2006, abre as portas ao investimento estrangeiro, elimina barreiras e tarifas que limitam o comércio, e concede aos investidores estrangeiros e às corporações o direito de demandar judicialmente os governos caso seus investimentos sejam ameaçados por políticas públicas locais. Este ano, a 16ª rodada de negociações será realizada entre os dias 4 e 13 de março em Singapura, e conta com um total de 11 participantes, incluindo os Estados Unidos, Austrália, Peru, Vietnã, Canadá, Malásia e México. O principal objetivo dos EUA nas negociações deste ano é desenvolver um acordo que cria e mantém empregos nos EUA através da promoção de inovação e competitividade; promoção de novas tecnologias; aumentada participação das pequenas e médias empresas no comércio; apoio ao desenvolvimento da produção eficiente de cadeias de fornecimento que incluem empresas norte-americanas, a fim de incentivar as empresas a investir e produzir nos Estados Unidos; e promoção de conformidade regulamentar e cooperação entre os membros da TPP.

Apesar dos apelos do presidente Barack Obama, o Japão e a Coreia do Sul, duas grandes potências econômicas da região e parceiros econômicos dos EUA, mais uma vez decidiram não participar das negociações. O presidente norte-americano, Barack Obama, reuniu-se recentemente com o primeiro ministro japonês, Shinzo Abe, em Washington, D.C. onde conversaram sobre a possibilidade do Japão entrar nas negociações deste ano. Em um comunicado conjunto divulgado pela Casa Branca, os líderes dos dois países reiteraram apenas o “interesse” do Japão em ingressar no acordo. “Embora se tenha avançado nas consultas bilaterais, ainda há muito trabalho a ser feito” como abordar as questões pendentes relacionadas aos automóveis e seguros, disse o comunicado. Há também congressistas americanos, de ambos partidos, que expressaram publicamente sua preocupação com a TPP. Segundo eles, a forma como os EUA propõem proteger a propriedade intelectual pode prejudicar, por exemplo, o acesso aos medicamentos de baixo custo nos países em desenvolvimento. Opositores à parceria também demonstram preocupação com a possível perda de empregos nos EUA em favor dos países asiáticos. O mercado agrícola e de commodities em geral deverá receber atenção especial, principalmente por conta da grande demanda asiática por produtos agropecuários. Uma das principais críticas à TPP é a maneira como as negociações se desenrolam. Muitos acreditam que ela é feita em segredo, sem que a sociedade tenha oportunidade de realmente entender o que está sendo negociado e as consequências para os países envolvidos.

A agenda de comércio do comitê de *Ways and Means*

Em carta enviada ao presidente do Comitê de Orçamento, na última semana de fevereiro, o Comitê de *Ways and Means* descreveu o plano de trabalho a ser realizado durante o 113º Congresso. De acordo com este plano, o Comitê de *Ways and Means* e seu Subcomitê de Comércio antecipam lidar com uma ampla gama de questões relativas ao comércio internacional. Dentre os temas de maior prioridade, incluem-se:

- *Trade Promotion Authority (TPA)*: autorização que permite que o presidente negocie e celebre acordos comerciais, em consulta com o congresso, e oferece um quadro claro para a consideração do congresso e implementação desses acordos.
- *Miscellaneous Tariff Bill (MTB)*: projeto de lei que propõe suspender ou reduzir tarifas de importação para diversos itens produzidos em países estrangeiros.
- *Relações comerciais entre os EUA-China*: problemas sistêmicos nas relações comerciais entre os EUA e a China, principalmente nas questões de proteção aos direitos de propriedade intelectual, requisitos de inovação nativa, subsídios industriais, restrição à exportação de minerais raros e desvalorização da moeda.
- *Customs Reauthorization Legislation*: Projetos de leis de reautorização aduaneira, com ênfase na simplificação e facilitação do comércio na fronteira, e automatização dos processos do Serviço de Alfândega e Proteção de Fronteiras (*Customs and Border Protection – CBP*).
- Parceria Transpacífica e Acordo de Livre Comércio com a União Européia.
- *International Service Agreement (ISA)*: acordo internacional de serviço, que visa priorizar a competição baseada em qualidade e competência e minimizar a competição baseada em nacionalidade.
- Sistema Geral de Preferências.
- Organização Mundial de Comércio: solução de controvérsias, acessões, perspectiva de um acordo de facilitação de comércio e expansão do Acordo de Tecnologia da Informação.
- Aplicação dos direitos dos EUA, em consonância com os acordos comerciais da OMC e os acordos bilaterais e regionais de livre comércio.
- Proposta para o reforço da vigilância na fronteira norte-americana, direitos de propriedade intelectual dos EUA, segurança dos produtos importados e combate ao transbordo ilegal.
- Administração das leis que regulam práticas de *dumping*, políticas de subsídios, medidas compensatórias e proteção de fronteiras.
- Conformidade com as obrigações dos EUA, especialmente nos casos em que o país esteja sofrendo retaliação.
- O papel do comércio na criação de empregos nos Estados Unidos; acesso a novos mercados para os serviços e produtos manufaturados e agrícolas norte-americanos.
- Sanções sobre as importações contra Irã, Mianmar, Coréia do Norte, Síria e Cuba.
- Implementação dos acordos vigentes de livre comércio.
- *Trade Adjustment Assistance (TAA)*: lei de ajuste comercial para trabalhadores, empresas, comunidades e fazendeiros, prejudicados pela importação de determinados produtos.
- Prioridades do Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos.
- Operação e prioridades da Comissão de Comércio Internacional dos Estados Unidos.